

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – O Retorno à Filosofia.....	23
1.1 Os Abolicionismos Penais e seus Discursos.....	23
1.1.1 Cartografias da abolição.....	24
1.1.2 O mito da pena inevitável.....	31
1.1.3 O mito da humanização da pena.....	38
1.1.4 O direito penal como racionalização da crueldade: gozo punitivo e gozo panóptico.....	47
1.2 Filosofia, Ética e Abolicionismo Penal.....	50
1.2.1 A origem (invenção) do saber criminológico.....	51
1.2.2 Da criminologia etiológica à criminologia da reação social.....	54
1.2.3 Os “fundamentos” éticos dos modelos legitimadores do poder punitivo: teorias metafísicas da pena.....	56
1.2.3.1 Retribuição.....	58
1.2.3.2 Prevenção geral negativa.....	60
1.2.3.3 Prevenção geral positiva.....	62
1.2.3.4 Prevenção especial positiva.....	64
1.2.3.5 Prevenção especial negativa.....	66
1.2.3.6 Prevenção da vingança privada (a pena como mal menor).....	68
1.2.4 Filosofia, ética e pós-modernidade: o pensamento pós-metafísico.....	70

Capítulo 2 – Abolicionismo, Niilismo e Pensamento Fraco	75
2.1 Nietzsche: Niilismo e Abolicionismo Penal	76
2.1.1 Nietzsche: pensador niilista.....	77
2.1.2 Nietzsche e a crítica ao direito penal	82
2.1.2.1 O sujeito é uma ficção.....	82
2.1.2.2 A culpabilidade é uma ficção.....	85
2.1.2.3 O direito penal é um fóssil de outras eras	89
2.1.3 Nietzsche: pensador abolicionista	93
2.2 Abolicionismo Penal e Pensamento Fraco	99
2.2.1 O pensamento fraco e o fim da modernidade.....	100
2.2.2 Niilismo e hermenêutica: o enfraquecimento do ser e o ultrapassamento da metafísica.....	102
2.2.3 Hermenêutica niilista como ontologia da “pós-modernidade”	105
2.2.4 Uma chance que se abre: a <i>Verwindung</i> heideggeriana e a escolha e enfraquecimento da herança.....	109
2.2.5 De Merseault a Tarrou: propostas éticas e políticas de um niilismo ativo	113
2.2.6 O abolicionismo penal (fraco) é um niilismo (ativo)	118
2.2.7 Caminhos para a dogmática penal: por um direito penal fraco	122
2.2.8 Funcionalismo e enfraquecimento do direito penal na dogmática alemã.....	131
2.2.8.1 Roxin e a pena como proteção a bens jurídicos	132
2.2.8.2 Jakobs e a pena como comunicação	134

2.2.8.3 Günther e a possibilidade de um direito penal sem pena.....	137
2.2.9 O funcionalismo redutor como direito penal fraco	139
2.2.9.1 Abolicionismo penal fraco em Zaffaroni.....	140
2.2.9.2 Uma Teoria Agnóstica da Pena.....	147
2.2.9.3 A emergência de uma resposta marginal	151
2.2.9.4 Realismo marginal e funcionalismo redutor	155
Capítulo 3 – Ironismo e Abolição.....	163
3.1 Por que Não Ser Cruel?	163
3.1.1 Neopragmatismo e a contingência da linguagem	164
3.1.2 Ironia e fantasia privada	166
3.1.3 Por que ser abolicionista?.....	171
3.2 Como Não Ser Cruel?	174
3.2.1 Pequena crueldade e grande crueldade: a narrativa dos direitos humanos e a literatura como veículo de progresso moral.....	174
3.2.2 A heterotopia de uma comunidade abolicionista	184
3.2.2.1 Laranja Mecânica e a arte como veículo de enfrentamento à crueldade.....	185
3.2.2.2 Justiça restaurativa em uma cultura da solidariedade	194
Capítulo 4 – Abolicionismo Penal e Hegemonia.....	199
4.1 As Quatro Dimensões da Hegemonia.....	206
4.1.1 A existência de uma situação de desigualdade de poder.....	207
4.1.2 O ultrapassamento da dicotomia universal/particular	210

4.1.3 A produção de significantes vazios	211
4.1.4 A impossível (porém irrenunciável) generalização das representações.....	218
4.2 Estratégias Discursivas para um Abolicionismo Penal Pós-Metafísico	221
4.2.1 Ampliar o significado histórico do abolicionismo, para além do abolicionismo penal, identificando-o com outras conquistas	223
4.2.2 Esgarçar o significado do abolicionismo penal, tornando-o significante vazio, utilizando a negação da crueldade como ponto nodal.....	226
4.2.3 Fagocitar discursos que giram em torno de outros eixos.....	228
4.2.4 Aglutinar discursos dispersos em torno do ponto nodal, utilizando premissas compartilhadas	228
4.2.5 Redescrever e reinventar o abolicionismo, utilizando diferentes protocolos de convencimento.....	231
4.2.6 Associar os discursos antagônicos a elementos discursivos negativos.....	233
4.2.7 Investir em micropolíticas de transgressão	235
Considerações Finais	257
Referências Bibliográficas	281